

Audiência Pública para Ampliação e revitalização do Porto do Baé e construção do Anfiteatro Municipal

Aos 03 (três) dia, do mês de agosto, do ano de 2015 (dois mil e quinze), às quatorze horas, no Plenário da Câmara Municipal "Vereador Manoel Pereira Brito", reuniram-se os Vereadores João José dos Santos Filho (Joãozinho Cego), João Rodrigues de Souza (Dr. Joãozinho), Geralmino Alves Rodrigues Neto (Dr. Neto), Weliton Andrade da Silva (Mandioquinha) e Ailton Alves Teixeira (Biroska), o advogado desta Casa de Leis, Dr. Heros Pena e a população em geral para discutir em Audiência Pública a ampliação e revitalização do Porto do Baé e construção do Anfiteatro Municipal. Os presentes assinaram o Livro Ata nº 004/2014. Observadas as exigências regimentais, constatou-se "quórum" suficiente, momento em que o advogado Dr. Heros Pena, auxiliando o vereador Joãozinho Cego por causa de sua deficiência visual, deu início aos trabalhos. Fizeram parte da Mesa, o presidente da comissão que trata do assunto, vereador Dr. Joãozinho, o membro da comissão, vereador Joãozinho Cego, o secretário de Turismo Estadual, Luiz Carlos Nigro, a secretária de Turismo Municipal, Mônica Porto, o superintendente de Estrutura para o Turismo do Estado de Mato Grosso, Reinaldo Guimarães. Em seguida, o Dr. Heros Pena explicou que considerando que o governo Federal liberou verba para ampliação e revitalização do Porto do Baé, bem como para construção do anfiteatro municipal, considerando ainda a edição da Portaria nº 092/2015 da 3ª Promotoria de Justiça Cível de Barra do Garças, que instaura inquérito civil público e expede recomendação sobre o tema a diversos órgãos da administração pública municipal, estadual e federal, o presidente da Câmara Municipal resolveu convocar essa audiência pública visando possibilitar a manifestação de todos os envolvidos e assim buscar uma solução para o problema. Dr. Heros disse que o objetivo da audiência pública é averiguar a pergunta levantada pela promotora sobre se é necessária ou não uma licença ambiental para a conclusão dessa obra, uma vez que foi liberada a verba. Em seguida, o vereador Joãozinho Cego fez uso da palavra. Ele disse que esperava que saísse uma decisão legal em prol da cidade de Barra do Garças. Já que Barra do Garças se porta como cidade turística, acho nada mais importante do que todo mundo aprovar essa revitalização do Porto do Baé e do anfiteatro municipal. Esperamos que tudo saia dentro da legalidade e quem ganha com isso é nossa população. Na sequência, o secretário de Turismo Estadual, Luiz Carlos Nigro, fez uso da palavra. Ele cumprimentou e agradeceu a todos e disse que era um prazer muito grande estar em Barra do Garças participando dessa audiência pública e representando o governador do Estado. Essa é uma das obras mais importantes para o turismo do Estado do Mato Grosso. Nós temos na revitalização do Porto do Baé, uma obra significativa para a cidade de Barra do Garças e toda região. Vamos ter um incremento muito grande, não só nessa obra, como também do centro de convenções que vai ser construído, teremos uma captação de novos eventos. Quando o centro de convenções estiver concluído, teremos a

9.

Dr. Cabral



Art

possibilidade de realizar grandes eventos nesta cidade de Barra do Garças, eventos de nível nacional e internacional porque somado a essa obra magnífica, tanto do Porto do Baé quanto do centro de convenções, temos também aqui a beleza natural, os atrativos que encantam o Brasil. Em seguida, o vereador Dr. Joãozinho, presidente da comissão que trata do tema, convidou a secretária Municipal de Turismo, Mônica Porto, para fazer uso da palavra. Ela disse que era um momento muito importante e que era interessante informar a todos que esse projeto, tanto da revitalização do Porto do Baé (chamado de Beira Rio) quanto o centro de convenções que será construído no terreno da UFMT, são obras que serão um marco divisor no turismo de Barra do Garças. O centro de eventos vai nos possibilitar a implementar o turismo de eventos na cidade. Ele já acontece, mas quando dependemos de auditórios para esses eventos, ficamos reduzidos a algumas opções e existe uma demanda de eventos nacionais, como dos Correios, Banco do Brasil, Embrapa, encontros nacionais que não acontecem aqui por falta de espaço. Então esse centro de eventos vai ser um incremento grande nesse segmento de turismo. Eu moro aqui há quase trinta anos, Barra do Garças por ser banhada praticamente por dois rios, a cidade deu as costas para o rio. A população e os turistas quase não têm acesso ao rio, a não ser por um pequeno pedaço no Porto do Baé. A própria organização mundial do turismo diz que o grande atrativo para o turismo é a água, seja de que forma for, um lago, cachoeira, rio, praia. Então a Beira Rio vai ser um marco divisório no nosso turismo, até porque vão ser uma extensão de quase dois quilômetros, numa forma de incrementar não só o turismo, mas como de aumentar a qualidade de vida da população. Essa audiência foi solicitada pelo presidente da câmara porque nesses projetos grandiosos, entre a oportunidade e a execução, a burocracia é muito grande, o investimento em tempo, o desgaste em buscar documentações e articulações para que tudo aconteça. É uma coisa muito desgastante, tanto é que estamos há dois anos e meio depois. Quero agradecer ao secretário-adjunto, Luiz Carlos Nigro, que nessa caminhada, agarrou as duas causas e nos ajudou demais nessa etapa final. Agora estamos na execução e é importante que a população conheça todos os aspectos que envolvem essa obra, desde o projeto arquitetônico, a empresa que ganhou, o programa no qual esse projeto se baseou, para que nos ajudem nessa empreitada que ainda vai demorar uns meses até termos esse produto, mas que agora é uma grande realidade. Na sequência, o superintendente de estrutura para o Turismo, Reinaldo Guimarães, fez uso da palavra. Ele disse que ia se concentrar na questão do recurso. Esse projeto que está sendo contemplado agora, é fruto de um trabalho feito junto ao BNDES, que está pleiteando esse recurso desde de 2010. Esse é um programa de Estado, não um programa de governo, porque tem o envolvimento de muitos técnicos, inclusive eu sou técnico de carreiras, hoje estou como superintendente de estrutura para o turismo, mas sou gestor governamental. O relacionamento que temos com o BNDES é com a equipe técnica, esse programa começou a nascer em 2010 e irá finalizar em 2022, provavelmente nós e nossos filhos serão contemplados e irão usufruir desse

9. O: Cassius



dm

programa. Então ele não é de um governo estante, mas sim do Estado. Esse programa está ligado a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, com nosso secretário Seneri Paludo, o secretário-adjunto de turismo que está presente aqui, Luiz Carlos Nigro, eu sou da Superintendência de Estrutura de Turismo, Reinaldo Guimarães, e tem uma Coordenadoria de Infraestrutura Turística ao qual tem todo o corpo técnico de engenharia e contadores que fazem esse acompanhamento junto ao BNDES. Essa obra está ancorada num programa de Estado, chamado Programa de Desenvolvimento Sustentável do Turismo, e dentro de um projeto que é voltado para implantação de infraestrutura turística, dentro de uma linha de financiamento do BNDES que é chamado BNDES ESTADO. Ele tem uma particularidade por questões de economia e de otimizar recursos, essa contratação é feita diretamente, o Estado de Mato Grosso e o BNDES, não existe o agente repassador, não existe Caixa Econômica nem Banco do Brasil. É uma relação entre os técnicos do Estado e os técnicos do BNDES. Dois pontos importantes que quero destacar, que isso faz parte do contrato que foi assinado, esse programa começou a ser tratado com o banco em 2010, mas a aprovação dele só foi em 2012. Tivemos dois anos de tratativa com banco para aprovar esse programa e uma das questões do contrato assinado pelo Estado de Mato Grosso e o banco BNDES, sobre as condições para que haja aprovação e liberação financeira, são a regularização fundiária e projetos ambientais. E quanto a isso, o BNDES é muito criterioso e exigente com relação a esses quesitos. Quanto aos relacionamentos que temos com a equipe de Barra do Garças, estamos frequentando aqui aproximadamente desde 2011, desde os primeiros contatos a respeito de quais intervenções o município teria interesse, quais projetos poderiam atender o escopo que o banco aprovou e principalmente a documentação, toda essa regularização fundiária e ambiental para que houvesse a aprovação e sinalização do banco. Nós temos hoje aprovada com o banco, uma linha de R\$ 288 milhões, sendo R\$ 250 milhões o recurso oriundo do BNDES e R\$ 38 milhões oriundo da contrapartida do governo do Estado de Mato Grosso. É sem custo para o município, o que temos de contrapartida do município é do pessoal técnico que fica a disposição para nos acompanhar e no monitoramento das ações realizadas no município. Por ser um recurso oriundo do FAPES, faz parte de uma linha dentro do BNDES de operações sociais e devido a isso tem juros subsidiado em 1% ao ano mais a TJLP. As questões financeiras com relação a essa operação feita junto ao BNDES são bem convidativas, para recursos públicos não tem outra linha mais barata em nenhuma outra instituição financeira. O projeto que temos, tanto do Porto do Baé quanto do centro cultural sendo construído junto a Universidade Federal, já está no quarto lotes de projetos junto ao banco, temos aprovado e liberado junto ao banco aproximadamente R\$ 100 milhões. Dos R\$ 250 milhões já usamos praticamente R\$ 130 milhões, R\$ 100 milhões do banco e R\$ 30 milhões de nossa contrapartida, e agora estamos aguardando a liberação financeira que já passou pelo primeiro crivo junto ao banco no valor de R\$ 38 milhões. Essa liberação que estamos trabalhando para se efetuar agora que contempla as intervenções em

7. Di. Osseuse



conter também o grande número de dependentes químicos, sem-teto e desocupados que hoje utilizam suas margens como moradia. Um problema social que se arrasta há anos sem solução. Entendendo que as áreas de proteção ambiental localizadas em perímetro urbano densamente povoados, devem ser utilizados pela população como refúgio ecológico e de lazer com a criação de parques e pistas de caminhadas e/ou ciclovias. Uma ocupação de baixo impacto ambiental de tal maneira que permita a população ter acesso a essas áreas, fazendo normalmente a fiscalização dos crimes ambientais que porventura ocorram. Porque na medida em que se ocupa essas áreas a população vai caminhar, olhar, cuidar, impedindo que se jogue lixo, esgoto. Assim sendo foi idealizado o projeto que tem o traçado sinuoso, procurando seguir as curvas de nível do terreno, evitando cortes de árvores e grandes aterros, procurando alterar o mínimo possível o visual de suas margens, contemplando assim as pessoas que utilizam marcações em passeios pelos rios com o visual sem muitas alterações naturais existentes. O início da pista será no Porto do Baé e terminará na paria da Rapadura, terá em torno de mil e quatrocentos metros por cinco metros de largura, terá forte iluminação superior e piso de concreto alto granante, que é um tipo de piso que quando chove, a água penetra. Estamos tentando fazer que fique o mais possível permeável. Dionísio explicou, mostrando o esboço do projeto no telão, como será a obra e disse ainda que terá que reflorestar trinta mil metros, enchendo de árvores nativas. Na sequência, o diretor da SEMA Regional de Barra do Garças, Senhor Everton, fez uso da palavra e esclareceu que esse projeto ambiental foi licenciado pela SEMA, na licença prévia e de instalação. O Ministério Público entrou com uma recomendatória, um inquérito questionando algumas coisas que estão sendo respondidas. Esse projeto será benéfico em termos turísticos e ambiental, desde que seja monitorado não só pela SEMA, mas também pela comunidade. Em seguida, o professor de ecologia da UFMT, Fernando Pedroni, fez uso da palavra. Ele disse que não estava representando a Universidade, mas apenas participando da audiência pública como cidadão. Eu fiquei satisfeito em saber que o Dionísio está envolvido nesse projeto porque ele tem um histórico ambientalista importante na criação do Parque Estadual da Serra Azul e na tentativa da criação do parque linear. Esse projeto me preocupa um pouco, porque estudamos a vegetação ao longo das margens do Rio Araguaia e sabemos que as margens são compostas por sedimentos muito friáveis e se a vegetação for removida, tende a desbarrancar e assorear cada vez mais. É preciso preservar o máximo possível as árvores que ali estão e a ideia de não permitir que ocorra escoamento superficial, porque geraria a erosão. É interessante sabermos por onde passará esse caminho e quantas árvores serão removidas, justamente porque as árvores nativas colocadas têm a capacidade de reter e impedir que os barrancos desmoronem cada vez mais para dentro do rio. Em relação as plantas que serão colocadas, evidentemente deverão ser priorizadas espécies nativas que atraem fauna e ajudem a recuperar a área e não espécies exóticas, como aquelas palmeiras que foram colocadas na praça da Matriz. Como professores de botânica da Universidade podemos colaborar em

Kon

A.

O. Osseuse



Am

relação as espécies mais adequadas para serem colocadas. Estamos à disposição para colaborar. Na oportunidade, o Sr. Dionísio disse que por ele não tirava nenhuma árvore. Até agora não tiramos nenhuma, minha ordem é não tirar nenhuma. Uma professora de Geografia da Universidade, Sra. Adriana, disse que foi informada que já estavam removendo as árvores. Acho que todos precisam conhecer a fundo, está muito superficial essa apresentação, para que nós possamos compreender o projeto. A sistematização a partir das plantas que são recolocadas, que vão ser postas, destas que estão sendo retiradas mesmo antes da apresentação pública. Eu acompanhei o projeto da praça que também foram retiradas as árvores da noite para o dia sem a devida recomposição dos tipos. Isso deve ser levado em consideração quando se promove uma mudança desse patamar. É legal também valorizar o turismo, considerando que é uma cidade turística, mas é interessante levar em consideração não só as questões ambientais como também antrópicas. Eu não sei como está a situação dos moradores daquela região, os moradores de rua que foram citados aqui, eles moram lá, existem trabalhos que são feitos por esses moradores de rua, para eles precisa ser dada uma destinação. Não é só pensar na revitalização turística, é interessante pensarmos enquanto cidade. O Sr. Dionísio respondeu aos questionamentos da professora dizendo que estava preocupado porque ela falou que estavam retirando árvores. Logo no início foi dado essa orientação e já estava aberto, já tinha limpadado a área que íamos fazer. O que poderia tirar ou não seria mais agora na fase de construção, por enquanto só tirou o mato. Eu sou uma pessoa preocupada com isso, porém não sou um guarda, muitas vezes a culpa não é do projeto, mas de quem está executando a obra que não tem o devido cuidado ou de repente acha que tudo é pau. Quando eu estava fazendo as Águas Quentes, o pessoal chegava em mim e dizia que ia ter que tirar aquele pau dali, eu respondia que não era pau, era um Jacarandá, Jatobá, Aroeira. Eles sobem naquelas máquinas e se sentem um super-homem. Eu só queria te deixar tranquila que tenho essa preocupação, mas é preciso que isso seja absorvido por quem está fazendo a obra, para não tirar coisas que não são necessárias tirar. Já existe lugar para os sem-teto, mas eles querem morar mesmo é na rua, eles ficam só na beira rio quando está seco. Quando começa a chover eles vêm para a cidade para pegar alimento ou alguma coisa. Esse é um problema social gravíssimo que precisa ser resolvido, não é o projeto do parque linear que vai resolver esse problema, apenas vai evitar que se fique ali. Se você tivesse passado lá antes veria a sujeira que estava, tinha mais de vinte morando debaixo de um saram, necessidades fisiológicas tudo envolta, muita sujeira. É esse aspecto que digo que vai ser melhorado porque as pessoas terão acesso, eles não gostam muito de luz, gostam do escuro, onde tem luz eles não ficam. Posso te garantir que o que puder fazer para não tirar nenhuma árvore ali que seja realmente importante, estarei presente. Estou toda hora lá pedindo, mas as vezes os caras são meio inconsequente. Com relação a praça, eu fui um dos que levantou esse problema, botei no jornal, até briguei com o prefeito por causa das árvores daquela praça. Era uma coisa da minha infância, há trinta anos eu via aquelas Flamboaiãs

Adriana

93

Kom

9.

O: Prouse



Am

ali. De repente fui privado de ver aquelas árvores da região, como é que tira três árvores de oitenta anos para colocar uma pista de caminhada, poderia ter sido desviado daquela praça. Então o que eu puder vou fazer, o maior problema está sendo as invasões, tem gente que já colocou muro na beira do rio. Vou chamar a Universidade para reflorestar quando a obra estiver implantada. Na sequência, a Sra. Lúcia da Secretaria Estadual de Saúde fez uso da palavra. Ela disse que não estava representando a secretaria e que é bióloga. Minha pergunta é o que a SEMA pode fazer sobre os ribeirinhos que estão chegando ao rio com os esgotos. Foi respondido que quanto a questão do esgoto, está sendo feito um trabalho com a empresa Águas de Barra do Garças para que não ocorra mais nenhuma coleta de esgoto na área do Porto do Baé. Na oportunidade, a secretária municipal de turismo, Mônica Porto, pediu que as perguntas fossem pertinentes ao tema que é a ampliação e revitalização do Porto do Baé. A Sra. Lúcia explicou que as perguntas se estendiam porque estavam falando de um rio que é o principal manancial da cidade, responsável pela água de consumo humano e cada vez mais assoreado. Será feito alguma coisa em relação ao assoreamento? Porque principalmente nessa região onde vai ser construído essa obra, estamos vendo o fundo do rio, a areia. E isso a gente sabe que é resultado da destruição das margens dos rios, da retirada da mata ciliar. Não tem como falar de Porto do Baé sem falar do Rio Garças. O vereador Dr. Joãozinho disse que todas essas colocações são extremamente pertinentes e citou exemplo de algumas extensões do Rio São Francisco que está correndo risco de extinção. A própria fonte de custeio desse projeto, todos nós temos a perfeita compreensão que não dá para se falar em desenvolvimento dissociado da questão da sustentabilidade. Em seguida, o representante da Juriti, que faz parte da equipe técnica por meio da Rosimar, engenheira sanitária que foi responsável pelo licenciamento, fez uso da palavra. Ele disse que iria explicar como foi feito o licenciamento dentro do contexto da legislação Estadual e Federal e apresentar o parecer técnico respondendo todas as dúvidas que foram colocadas pelo Ministério Público. O projeto de ampliação do Porto visa a construção de uma passarela nas margens esquerda do Rio Garças, permitindo apenas o acesso de pedestres para passear e contemplar a beleza natural do local com a construção de dois mirantes. E ainda esse projeto contempla a urbanização. Esse projeto agregará no turismo implicando lazer e melhorias na qualidade de vida. A área de realização da obra será no perímetro de um quilômetro e quatrocentos metros. O objetivo é a menor supressão da vegetação, a SEMA colocou um condicionante que é o PRAD, o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas. É obrigação do responsável pelo empreendimento, que é a Prefeitura, de recuperar a área com mais de trinta mil metros quadrados de recuperação florestal. O embasamento dentro da legislação Federal executado por meio da Resolução do CONAMA nº 369/2006. Esta resolução define os casos excepcionais em que o órgão ambiental competente para autorizar intervenção ou supressão da vegetação em área de preservação permanente. Para a implantação de obras, planos, atividades ou projetos de

Kon

→

O: Rosimar



Am

utilidade pública ou interesse social ou para realização de ações consideradas eventuais e de baixo impacto ambiental. A obra está dentro deste contexto. A ampliação e revitalização do Porto do Baé se insere as margens do Rio Garças ao qual será construído a passarela e esta atividade é considerada legal do ponto de vista ambiental, conforme preconiza a Resolução CONAMA 369. Podendo ser considerada ou denominada de área verde pública, em área urbana ou ainda de interesse social. A intervenção que esse projeto propõe é considerado de baixo impacto, uma vez que deverá promover a urbanização de uma área antropizada com a instalação de equipamentos públicos e contenção de processos erosivos na área proposta. Ressaltando que a mesma encontra-se com sua APP em grande parte suprimida. Ainda dentro da Resolução na implantação da área verde de domínio público, na seção três, artigo oito, as condições de interferências na APP. A intervenção ou supressão de vegetação em APP para a implantação de área verde de domínio público em área urbana, nos termos do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 4.771, de 1965, poderá ser autorizada pelo órgão ambiental competente, observado o disposto na Seção I desta Resolução, e uma vez atendido o disposto no Plano Diretor, se houver, além dos seguintes requisitos e condições: III - percentuais de impermeabilização e alteração para ajardinamento limitados a respectivamente 5% e 15% da área total da APP inserida na área verde de domínio público. § 1º - Considera-se área verde de domínio público, para efeito desta Resolução, o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização. Ou seja, essa obra se enquadra nessa situação aqui. No § 2º dessa resolução 369 diz que o projeto técnico que deverá ser objeto de aprovação pela autoridade ambiental competente, poderá incluir a implantação de equipamentos públicos, tais como: ciclovias, mirantes e rampas de lançamento de barcos e pequenos ancoradouros. É aonde se enquadra as atividades que foram propostas para esta obra. E ainda neste artigo diz trilhas ecoturísticas, pequenos parques de lazer, excluídos parques temáticos ou similares, acesso e travessia aos corpos de água, equipamentos de segurança, lazer, cultura e esporte, bancos, sanitários, chuveiros e bebedouros públicos. Então tudo que está sendo proposta está dentro da legislação CONAMA 369. § 3º O disposto no caput deste artigo não se aplica às áreas com vegetação nativa primária, ou secundária em estágio médio e avançado de regeneração. Aqui está dizendo que não é o objetivo desse empreendimento e dentro da legislação a supressão total, é a mínima possível. No seu § 4º é garantido o acesso livre e gratuito da população à área verde de domínio público. Então toda essa obra, a população e os turistas vão ter acesso livre. Quanto a viabilidade ambiental, baseado no disposto acima, supõe-se não haver impedimento, visto que sendo observados pela implantação da obra, todas essas normas vigentes, bem como o acompanhamento de qualquer recomendação vinda dos órgãos gerenciadores e fiscalizadores do meio ambiente, a situação da Resolução CONAMA deve-se ao fato de ser utilizado as margens esquerda do Rio

Handwritten notes in blue ink on the left margin, including a large circled 'B' and several scribbles.

Handwritten notes in blue ink on the right margin, including a large scribble.

Hom

Handwritten mark in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

Blue circular stamp or mark.

Handwritten signature in blue ink.

Garças com a APP degradada devido a pressão urbana sobre a mesma. Ele disse que a área já está degradada e citou situações através de fotos. De acordo com essas situações já existentes de degradação ambiental ao longo dessa orla, no licenciamento que foi realizado para emissão de licença prévia e de instalação, antes de se realizar o licenciamento, foi pedido uma análise sobre o empreendimento no entorno da unidade de conservação aqui de Barra do Garças para a Coordenadoria de Unidade de Conservação. Em resposta, em relação ao Parque Estadual da Serra Azul, a SEMA nos deu a seguinte resposta antes de iniciar o licenciamento ambiental: De acordo com a análise das leis de criação da referida unidade de conservação que é o Parque Estadual da Serra Azul e pela legislação ambiental pertinente as áreas de proteção ambiental existente, esta categoria de unidade de conservação não possui zona de amortecimento, quanto ao parque já está definido sua zona de amortecimento pelo plano de manejo. Mas o tipo de empreendimento não afeta a unidade de conservação, por isso somos a favor do deferimento da licença prévia e de instalação. Salientamos que a referida análise técnica limita-se a única e exclusivamente sobre a localização do empreendimento no entorno da unidade de conservação estadual, sendo que outros detalhes técnicos deverão ser analisados pelo setor responsável. Aqui em Barra do Garças temos a unidade de conservação do Parque Estadual da Serra Azul e ela limita com a orla, a SEMA deixou bem claro que essa obra não tem nenhum impedimento em relação a isso e a partir desse parecer foi dada entrada na licença prévia e de instalação. Aonde o técnico Everton Almeida de Oliveira de Souza foi o responsável pela análise e vamos apresentar o parecer técnico dele em relação a licença prévia. A área ocupada pelo empreendimento localiza-se a margem esquerda do Rio Araguaia e está localizada no município de Barra do Garças. O local sofre interferências antrópicas atualmente com a infraestrutura existente. Em análise, verifica-se que a construção é consolidada de acordo com imagens fortes de 2008 trazendo mudanças significativas ao meio ambiente, sendo a intervenção e supressão da vegetação na Área de Preservação Permanente, sendo necessárias medidas ecológicas de caráter mitigador e compensatório. As estruturas contidas na APP do Rio Garças e do Rio Araguaia para ficha de licenciamento e recuperação ambiental, a área a ser recuperada totaliza quase treze mil metros quadrados, onde a área em questão já é utilizada como balneário não atendendo satisfatoriamente tanto a população como os turistas que buscam as margens dos referidos rios. Assim considerando os aspectos técnicos encontrados no local do empreendimento, percebe-se que caso molda-se as novas normas contidas na lei acima mencionada de modo que poderá ser autorizada a manutenção das construções sobre a APP, vejamos o que estabelece o novo código florestal. É permitido o acesso de pessoas e animais as Áreas de Preservação Permanente pra obtenção de água e para realização de atividades de baixo impacto ambiental. Nas Áreas de Preservação Permanente é autorizada exclusivamente a continuidade das atividades agropastoris de ecoturismo e de turismo rural em áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008. Será admitida

O. Pereira



Am

kom

7

a manutenção de residências e de infraestrutura associada a essas atividades agropastoris de ecoturismo e de turismo rural, inclusive o acesso a essas atividades, independente das determinações contidas do inciso primeiro e sétimo, desde que não estejam em áreas que ofereça risco a vida ou a integridade física das pessoas. Dessa forma consoante, o estabelecimento na norma é averiguado no projeto do empreendimento e fica autorizada a manutenção exclusiva das seguintes estruturas associadas ao desenvolvimento das atividades de ecoturismo. Fica mantida nas APP a estrutura física com edificações construídas em alvenaria e as transformações necessárias de acordo com o projeto apresentado. A necessidade de apresentar um plano de recuperação de áreas degradadas, propondo a recuperação de trinta mil metros quadrados de área de preservação permanente degradada na margem esquerda do Rio Garças e Araguaia, fazendo parte das medidas ecológicas de caráter mitigador e compensatório. O técnico deu o roteiro de como seria o plano de recuperação, os condicionantes da licença. A validade das licenças recebidas está condicionada ao cumprimento fiel do projeto proposto nos exatos termos que foi autorizado, qualquer modificação ao funcionamento divergente do aprovado poderá ensejar a suspensão ou até cancelamento das licenças nos termos do artigo vinte e um parágrafo sete. São condicionantes da licença o cumprimento das seguintes orientações: Apresentar o PRAD, cronograma físico de execução para o monitoramento. O descumprimento desses condicionantes, além de levar suspensão ou cancelamento da licença, enseja também no embargo da atividade. Fica a vossa senhoria que é a prefeitura, apresentar o novo cronograma de obras atualizada a partir dos inícios das atividades após emissão das licenças. Conclusão: Com base em todas essas situações, a SEMA bem como toda documentação trazida aos autos e obtidas em loco atendem que o projeto está apto, porém deverá ser assinado um TAC com a subprocuradoria da SEMA para o PRAD. O PRAD foi realizado e protocolado. Respondendo uma pergunta em relação ao Ministério Público sobre a necessidade do RIMA. Esse processo passou pela SEMA, ela é responsável pelo pedido de realização de um RIMA. Na normativa 090 estadual no capítulo dois, ele diz que o sistema estadual de meio ambiente tem como finalidade integrar aos órgãos os instrumentos políticos estadual do meio ambiente sobre a gestão da Secretaria do Estado do Meio Ambiente, sendo composto pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente, ele é responsável por apreciar e deliberar sobre o licenciamento ambiental de projetos públicos ou privados que aplicam a realização de estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA. Quando a SEMA analisou todo esse processo, ela não solicitou a análise do CONSEMA porque tendo em vista a análise técnica que foi realizada decorrente a toda essa degradação e situação de antropização na orla, não foi necessário a realização e Estudo de Impacto Ambiental. Referente ao parecer dessas licenças de instalação e prévia, o que ficou de fato a acontecer é a assinatura do TAC que deverá ser realizado onde o plano de recuperação de áreas degradadas e o atendimento ao cronograma físico da obra, o qual deverá ser monitorado em todas

Handwritten notes in blue ink on the left margin, including a large circle around the number '3' and some illegible scribbles.

Handwritten notes in blue ink on the right margin, including a large circle around a scribble.

Kon

Handwritten mark in blue ink at the bottom left.

O. Pessuque [Fingerprint]

Handwritten signature in blue ink at the bottom right.

as etapas pelos gestores estaduais e municipais conforme a legislação preconiza. Então ficou faltando de fato para dar continuidade na obra a assinatura do TAC. Ele citou um exemplo de Cuiabá que houve a dispensa do RIMA. O parecer da SEMA é completo, a obra vai ter uma supressão mínima da vegetação, porém o empreendimento está sendo obrigado a recuperar a área. Em seguida, o vereador Dr. Joãozinho disse que lhe parecia que, pela condição em que já está a área degradada, não precisaria desse estudo. E que deveria constar no TAC com quais espécies nativas seria recuperado a área de trinta mil metros quadrados. Um geólogo disse que acredita que após essa audiência seria assinado o TAC. Na sequência, uma professora da UFMT, Sra. Marilandi, disse que há onze anos estudam a vegetação da região e que já fez um trabalho na mata ciliar dos rios Garças e Araguaia. Ela perguntou quantas árvores existem no trecho da ponte até a praia da Rapadura e aonde estava a informação técnica sobre quantos por cento tem de Bambu, Mangueira, de árvores típicas da beira do rio. O técnico respondeu que tinha sido feito o levantamento no dia 31 de julho, sexta-feira passada, e que a empresa disponibilizou uma cópia digital que foi enviada para a secretaria de turismo, mas em relação a pergunta ele como técnico não teria como responder. Na legislação estadual as áreas degradadas com mais de vinte e cinco anos, entram num outro parâmetro de recuperação ambiental e a legislação CONAMA 369 é nova. O projeto não vai desmatar a mata ciliar nas margens do rio. Em seguida, a professora de geografia da UFMT, Sra. Zenilda, fez dois questionamentos, um para a Mesa e outra para o Sr. Dionísio. Eu não sei se já foi discutido aqui na câmara uma audiência pública sobre esse projeto, então essa é a pergunta que faço. Porque me admira muito um projeto com tamanha grandeza envolvendo tantas questões com tão poucos vereadores aqui presentes. Por que a ausência dos vereadores aqui? Isso é para a Mesa. A outra pergunta é para o Dionísio e folgo em saber que está à frente do projeto porque ele tem uma preocupação ambiental. Você consideraria que essa área está morta? Porque revitalização a gente usa no sentido de áreas mortas, degradadas, sem vida. Não vejo o Porto do Baé como uma área morta, talvez o termo seja um equívoco. O vereador Dr. Joãozinho respondeu a professora que o vereador Kiko estava viajando e os vereadores estavam divididos em três comissões de forma que cada uma pudesse tratar das questões da casa que precisam ser levadas a termo. Na sequência, foi respondido, sobre a questão da revitalização, que quando começou essa operação em 2006, era pra ser feito pelo BIRD e havia toda uma denominação específica quanto a isso. O BNDES é a primeira operação que eles fazem dessa conotação no Brasil e essa operação no Mato Grosso foi a primeira a ser aprovada e quando começamos a trabalhar a carta consulta, o banco estava trabalhando somente com três linhas, urbanização, recuperação de rodovias e revitalização. Nas outras operações que vieram depois da nossa, eles ampliaram as denominações dos projetos. Foi apenas uma questão técnica de adequação da linguagem com relação ao BNDES. Hoje o termo ideal seria parque linear. Na oportunidade, o Sr. Ralf que trabalha com ecoturismo em Barra do Garças disse ser muito interessado no

→

→





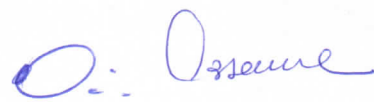




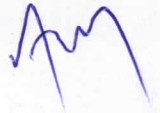


Kon









tempo. Ele propôs que esse projeto fosse até a Friboi ou até as Águas Quentes e que o RIMA não poderia ser descartado num projeto desse tamanho. Levantou ainda a questão do que iria fazer com o lixo produzido na beira rio, dizendo que esta Casa de Leis já tinha rejeitado por duas vezes o projeto de coleta seletiva de lixo. Em resposta o advogado da câmara, Dr. Heros Pena, disse que o projeto de lei nº 021/2015 de autoria do vereador Kiko sobre coleta seletiva de lixo foi aprovado, regulamentando o código de meio ambiente que já foi aprovado na câmara. Disse também que nos quase três anos que está na câmara, foram aprovados outros projetos sobre coleta seletiva de pilhas que seriam as baterias, estipulação de multa para quem tem lixo, sacolinhas plásticas recicláveis para supermercado, coleta seletiva do óleo nas escolas do vereador Dr. Neto. Em seguida, a secretária de turismo municipal, Mônica Porto, fez algumas observações. Ela indagou a professora que havia dito que algumas árvores foram cortadas. Quantas árvores de espécie nativa foram cortadas? Quem viu? Porque esse tive informação eu escuto o dia inteiro. Eu e Dionísio estamos andando lá. Na oportunidade, o Sr. Dionísio disse que tem uma árvore grande perto do CAT que está caída desde o vendaval e mais duas que também caíram no vendaval, sendo que uma delas foi cortada e será usada como lenha no restaurante. A Sra. Mônica Porto disse que apesar do plano de recuperação de áreas degradadas será feito pela empresa licitada pelo governo do Estado, se os professores Marilandi e Fernando Pedroni pudessem sugerir algum tipo de vegetação seria feito a intermediação. Em seguida, uma pessoa que domina o conhecimento sobre o assunto se ofereceu a ajudar na lista de espécies e no zoneamento das mesmas. A Sr. Mônica Porto respondeu ao indagamento do Sr. Ralf que foram retiradas toneladas de lixo, fogões, cama, armário, colchoes, botijões de gás e falou também da burocracia dos documentos para o licenciamento da obra. Se eles deixaram de pedir o RIMA, a SEMA do Estado que dá licença porque o Rio Garças é estadual e o BNDES aceitou, é porque assim que é na lei. Não teve voltinhas, jeitinhos, nada disso, por qualquer coisa eles falam que não tem mais o dinheiro. Se estava faltando o PRAD e nem estava porque ainda não é o momento e o BNDES deu um prazo para ser apresentado porque só vai ser executado mais do meio para o final. Então estamos dentro do prazo. Como a professora Zenilda achou estranho não ter tido audiência antes de tudo isso, até o começo desse ano não tinha nada definido, nem em termos de aprovação do BNDES. Agora está na fase da execução. Acho que é hora de apresentar, colocar a vegetação adequada. Tecnicamente o Dionísio fez o projeto arquitetônico, existe um outro corpo de engenheiro que está fazendo os cálculos e uma empresa que está executando e tudo isso foi licitado. Em seguida, foi dito novamente que a obra está na fase da execução e que está sendo respondido ao Ministério Público todas aquelas pendências. Na oportunidade, o secretário estadual de turismo, Luiz Carlos Nigro, disse que essa obra do Porto do Baé é muito importante. Se vocês soubessem a dificuldade para aprovar isso no BNDES. Hoje temos três prefeituras na secretaria de turismo no nosso pé querendo dinheiro para seus portos. Tem prefeito que me

→

Handwritten notes in blue ink on the left margin, including a large scribble and the word "coisa" written vertically.

Handwritten initials "S" circled in blue ink on the left margin.

Kom

Handwritten mark in blue ink at the bottom left.

O. Osseure



Handwritten signature or initials in blue ink at the bottom right.

liga de manhã, a tarde e à noite perguntando se é verdade que parou a obra de Barra do Garças e pedindo para transferir o dinheiro para sua cidade. O secretário relatou que esteve no local e viu a quantidade de lixo, mesmo depois de ter limpadado, os esgotos caindo no rio e as pessoas tomando banho, ruas rasgadas depositando areia no rio. Disse que o que vai matar o rio é o esgoto. Ele propôs a criação de uma comissão dos secretários de meio ambiente das três cidades para trabalhar em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e as Secretarias das Cidades que cuida dessa parte do saneamento básico para que essas cidades possam ter um esgoto pelo menos noventa e nove por cento tratado, e se colocou à disposição para ajudar. Na sequência, o Sr. Magno fez uma ressalva em relação a execução e aos pareceres técnicos. Me pareceu não tão completo assim esse parecer técnico na medida em que tem um levantamento inicial do Pedroni quando ele fala da carga de sedimentos, o regime de cheias. Temos um trecho, o da rapadura, de deposição de sedimento. Mas grande parte da obra seria um trecho que terá impacto da água na época de cheia, então talvez um parecer técnico mais detalhado da perda de sedimento dessa região seria interessante para gente ter ideia do real impacto. Não acho um merecimento uma obra que não tem um devido estudo de impacto ambiental como foi exemplificado em Cuiabá. Ele também sugeriu que a obra passasse até o Parque Grimalda ou até a Friboi onde a ideia é atender outros bairros periféricos e que os monumentos usados na construção da obra valorizassem a memória e a história da cultura indígena como tem em Aruanã, São Félix do Araguaia. O técnico respondeu que independentemente da obra, o assoreamento do rio acontece naturalmente e que o rio tem formato meandro, curvilíneo. E um rio com essa característica meandrante, na curva ele erode e assoreia a parte do canal e deposita logo após. A praia é um exemplo dessa erosão que acontece naturalmente. O Rio Garças é muito erodido pelo regime natural das águas, ele não tem a tendência natural de desenvolver correnteza, a areia já está depositada há milhões de anos. Barra do Garças e toda essa região em volta se desenvolveu mediante a garimpagem que é responsável também pelo processo de assoreamento. É lógico que ao longo do tempo com desmatamento, a perda das áreas de preservação permanente, o rio tende naturalmente a ampliar sua área de leito. Ele citou exemplos e falou que não apresentou o projeto técnico, apresentou apenas a resposta e como foi analisado. A área tem doze mil metros quadrados e serão reflorestados trinta mil metros quadrados. Esse esgoto que cai no rio não é da rede pública, é dos terrenos que foram invadindo essa área de preservação ambiental, mas será feita uma interligação dessas redes de esgoto inadequadas na rede pública e o projeto tende a reparar esse dano. Na oportunidade, o vereador Dr. Joãozinho disse que as obras vão sendo construídas gradativamente, passo a passo de acordo com o recurso. E essa obra é noventa por cento recurso da União, dez por cento uma contrapartida do Estado e o município em nenhuma hipótese teria recurso para tocar uma obra dessa envergadura. Ele perguntou se esse projeto contempla minimamente uma extensão do Rio Araguaia porque ele é nacional. A secretária de turismo

Wm

Socor

3

kom

9

O: Osseu



Am

municipal, Mônica Porto, respondeu que o projeto não contempla os dois rios, a intervenção vai desde o lado da rampa do Saloon até a praia da Rapadura. O que eles falaram em algum momento que vai emendar é o que já existe no Porto do Baé e vamos dar uma recuperada na rampa de embarque e desembarque. O vereador Dr. Joãozinho disse que a indagação do Ministério Público, se fosse a intervenção no Rio Araguaia, é a necessidade ou não da manifestação do IBAMA enquanto órgão fiscalizador em bens nacionais. Em seguida, uma participante da audiência parabenizou a gestão e os secretários que estão nesse empenho e disse que chegou com uma ideia, viu que o projeto é muito bom e que pode contribuir. Ela disse que num projeto que participou chamado "Cuidando das nossas águas" retirou um caminhão de lixo dali. É importante essa questão do lixo, do esgoto. Nós queremos o desenvolvimento sim, mas que ele venha sustentável. Na oportunidade, outra pessoa se manifestou e parabenizou reconhecendo o empenho de todos envolvidos no projeto. Haja vista que é um projeto ousado, novo, Barra do Garças vai tomar uma cara diferente por ser o portal de entrada do Mato Grosso. Vamos ter aqui um cartão postal. Na sequência, o secretário de urbanismo e meio ambiente municipal, Sr. Lúcio, fez uso da palavra e pediu desculpas por chegar atrasado pois estava numa audiência no Ministério Público. Disse também que cobrou do promotor para que estivesse presente. Eu não vejo absolutamente nada contra essa obra, com relação a parte de paisagismo ou a parte de revitalização, estaremos sempre a disposição de quem for da área para que nos ajude, porque pretendemos fazer um mix de espécies nativas que são importantes na reconstituição da mata ciliar com espécies exóticas adequadas ao nosso clima e região. Existe um órgão florestal que estará nos ajudando, é um projeto de parceria. Fico muito feliz que o Roberto está buscando a idealização do pai dele. Eu disse que quando o Wilmar idealizou essa obra pela primeira vez, que é uma obra que dá nome a nossa cidade. Em São Paulo quando falo que sou de Barra do Garças, eles falam Barra das Garças, aí tenho que explicar que é a Barra do Rio Garças. E nada mais que um projeto de urbanização feito de forma adequada que venha preservar a Barra do Rio Garças. Quem dera tivéssemos recursos para fazer essa preservação em torno de toda Barra e sermos um exemplo mundial em termos de preservação e urbanização ordenada. Estamos lutando para que seja realmente um projeto sustentável em todas as questões voltadas ao meio ambiente e financeiras. Em seguida, o vereador Dr. Joãozinho registrou a presença de várias autoridades que se fizeram presentes. Disse que tinha a impressão de que a lei nada mais é do que o resultado desse pacto social, desse consenso de vontades, posicionamentos representados aqui hoje. Hoje tivemos uma audiência que talvez, quantitativamente e qualitativamente, seja uma das maiores e melhores de toda essa gestão que temos. E isso muito em razão dos interesses que estão aqui, os interesses ambientais ligados a perpetuação a continuação da vida. Na oportunidade, o Sr. Getúlio da área de comunicação disse que ficou muito satisfeito com a reunião. Vi pessoas perguntar, comentar, pedir explicações em relação a questão ambiental, mas o mais importante de tudo é valorizarmos esse

Wilmar

Roberto

Getúlio

Kon

7

O. Osame



Am

→

Handwritten scribble

Handwritten scribble

recurso e a aplicação dele de uma forma de preservação e cuidado. Nossa cidade vive muito do turismo. Eu falei com o secretário-adjunto do Estado e pedi para ele não desanimar com alguns questionamentos e que levasse uma imagem boa para Cuiabá de que queremos isso aqui. Ele me disse que o prefeito de Cáceres ficou sabendo que havia começado lá e parou e ligou para mim pedindo para levar para Cáceres. Ele disse que teriam que se unir em prol de Barra do Garças e pediu para levantar a mão quem se lembrava do Porto do Baé antes de construir e se aquela obra causou impacto ambiental em alguma questão em relação a cheia do rio ou algo parecido. Essa obra é muito menos impactante do que a própria obra do Porto do Baé, aonde vai pegar doze mil metros e aplicar trinta mil metros de área verde, Barra do Garças merece isso. Em seguida, um professor da UFMT fez uso da palavra e relatou sobre o folclore do Rio das Garças e o rio dos papagaios, que é o Rio Araguaia. A arara é ara ara e ara só que é de Araguaia, é o papagaio pequeno, por isso que é rios dos papagaios e não da arara. E todos esses nomes indígenas que a gente atribui aqui na região não são de tribos locais, são na verdade tupis-guaranis que acompanhavam os bandeirantes como batedores e eles iam dando nome para as coisas na linguagem tupi-guarani e não no Bororo, Xavante ou Carajás. Ele disse que chegou em Barra do Garças em 1959 e quando foi inaugurada a ponte, ele ainda estava na barriga de sua mãe. A inauguração daquela ponte que causou muito mais impacto ambiental, populacional, econômico, cultural, social e político do que essa orla que será implementada agora. Aquelas duas pontes tem um símbolo, Aragarças é um símbolo, a famosa marcha para o oeste idealizada por Getúlio Vargas em 1936 no seu primeiro mandato no Rio de Janeiro. O professor disse que costuma dizer que Aragarças é a Brasília de Getúlio Vargas porque foi ali que foi montado uma estrutura do governo federal para dar suporte a marcha para o oeste com o aeroporto, hospital e as pontes. Disse ainda que só o desenvolvimento é capaz de tirar milhões de pessoas dos baixos níveis de existência e que ele não é unanimidade, é uma luta e citou como prova do que estava falando a audiência pública. Na sequência, o Sr. Dionísio disse que o desenvolvimento traz oportunidades para aquelas pessoas que nunca teriam. Eu vejo isso no Porto do Baé que era uma área que se chamava sapolândia e fizemos a obra lá e agora é um lugar que se encontram tanto o rico como o pobre, todos. Essa obra, vamos chamar de parque linear, vai sair e vou bater duro para que ela vá até pelo menos as Águas Quentes e o Córrego Fundo porque são regiões que estão sofrendo muita pressão. Com relação a Friboi não vejo muita dificuldade porque podemos passar por dentro dela e descer em direção as Águas Quentes. Isso vai acontecer mais dia menos dia porque a cidade vai forçar essas mudanças e a própria Friboi vai acabar admitindo que tem que liberar o caminho para a passagem desse parque linear. Na sequência, o presidente da comissão que trata do assunto, vereador Dr. Joãozinho, agradeceu a presença de todos e declarou encerrado os trabalhos às dezesseis horas e cinquenta e sete minutos, cuja ata, se aprovada, receberá a assinatura de quem de direito.

Kom

Oi: Assacue

~~Comissão de Trabalho~~
~~Comissão de Trabalho~~
~~Comissão de Trabalho~~
~~Comissão de Trabalho~~

Audiência Pública - para discutir o
temas: Ampliação e Reabilitação do
Pódo do Sól, e construção do Anfiteatro
municipal.

Silma de Paula e Silva

Maria de Fátima Rodrigues

Heurta Almeida D e Sousa SEMA

Tatiana Augusto Oliveri

Luiz R. R.

Leilda Lopes Ribeiro

Adriana A. Norimont

ELNER. CIRINO

lesar Hotel Magnifico - Pref Municipal B Jora
Jilva Anta M Jilva

Helcelina facchini Assud

Rayanne O. Santos

Rosiray S. Santos

Hom

Unita Terezinha Pires

Lygia da Moura Lopes

Antônia da Silva Rios

Maria Laurinda = Lemes

José - Mendes da Silva

Alexandro Alves Siqueira

Carlos Gomes

Delia Souto

Silvana Oliveira Pinheiro

Victor Hugo Prodelo

Raphael Braynataro Ballino da Silva

Esione Romênia de Silva

Hércules P. F. Nascimento

Waldo Carreira Neto

João João F. Filho

Conrado A. Neto

Rafael dos Anjos da Silva

Cláudio Vicente Ferraz

ECAR SACRAMENTO Jr

Américo A. FERNANDES

Wlito Assis Rodrigues CDL

BAC Unica P. Torres

Juliano Diello Belf

Alcebiades Luciano Leal

Marinela R. Silva

Eduardo de Melo Cordeiro

Francisco

Paulo Cesar

Paulo

Paulo

Paulo

Karita Souza Carvalho

João Bosco Augusto Araújo

Antônio dos Reis Almeida (Barral) cometa

Handwritten initials 'FB' circled in blue.

Handwritten initials circled in blue.



Handwritten word 'kon' in blue ink.

Handwritten mark at the bottom left corner.

Del Sr. A/lor Floriano
Olivera Maria Costa Peate
Francisco Candelero
Luis Fernando S. S. S. S.
FERNANDO MUNDIN P. P. P.
GILVINO AVELAR ROSA JUNIOR
JOSE MARQUES PEREIRA
Mao Sefin Junqueira.